

DESVELANDO O CONHECIMENTO DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM SOBRE AS PESSOAS TRANS

Ana Gabriela Bastos Gentil¹ 

Maria Itayra Padilha² 

Maria Lígia dos Reis Bellaguarda² 

Jaime Alonso Caravaca-Morera³ 

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Enfermagem. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

²Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

³Universidad de Costa Rica, Escuela de Enfermería. San José, San José, Costa Rica.

RESUMO

Objetivo: compreender o conhecimento dos estudantes de graduação de enfermagem em uma universidade do sul do Brasil no tocante às pessoas trans.

Método: estudo descritivo com abordagem qualitativa a partir de entrevistas realizadas com 19 estudantes de graduação em enfermagem matriculados do oitavo ao décimo período do curso. A coleta de dados ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2021. Da análise temática emergiram 3 categorias: o curso de graduação precisa falar disso!; eu não sei do que se trata; e o que se sabe e se diz sobre as pessoas trans.

Resultados: os estudantes demonstram insegurança no cuidado das pessoas trans devido ao não oferecimento regular deste conteúdo no currículo. Denotam desconhecimento de como acolher, cuidar, respeitar as especificidades, tratar pelo nome social, e também dificuldades em cuidar desta população no presente e no futuro. Além disso, poucos tiveram a oportunidade de vivenciar esta experiência nos campos de prática acadêmica. O conteúdo é oferecido em uma única disciplina que trata da sexualidade em geral.

Conclusão: o desconhecimento acerca da diversidade sexual é um fator limitador na assistência à saúde a esta população. Identifica-se uma fragilidade no ensino-aprendizagem ao não relacionar a realidade da população trans com suas demandas de saúde.

DESCRITORES: Enfermagem. Estudantes de nível superior. Transexualidade. Sexualidade. Educação em enfermagem. Pessoas transgênero. Diversidade de gênero. Gênero.

COMO CITAR: Gentil AGB, Padilha MI, Bellaguarda MLR, Caravaca-Morera J. Desvelando o conhecimento de estudantes de graduação em enfermagem sobre as pessoas trans. Texto Contexto Enferm [Internet]. 2023 [acesso MÊS ANO DIA]; 32:e20220150. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2022-0150pt>

UNVEILING UNDERGRADUATE NURSING STUDENTS' KNOWLEDGE ABOUT TRANS PEOPLE

ABSTRACT

Objective: to understand what undergraduate Nursing students from a university in southern Brazil know about trans people.

Method: a descriptive study with a qualitative approach based on interviews conducted with 19 undergraduate Nursing students enrolled from the eighth to the tenth period of the course. Data collection took place in October and November 2021. Three thematic categories emerged from the thematic analysis, namely: the undergraduate course has to speak about this!; I don't know what it is about; and What is known and said about trans people.

Results: the students showed insecurity in the care of trans people because this content is not regularly taught in the curriculum. They denote not knowing how to welcome, care for, respect specificities and treat them by their social name, as well as difficulties taking care of this population group, both in the present time and in the future. In addition to that, few of them had the opportunity of undergoing this experience in the academic practice fields. The content is taught in a single academic discipline that deals with sexuality in general.

Conclusion: lack of knowledge about sexual diversity is a limiting factor in the health care provided to this population group. Certain weakness is identified in the teaching-learning process when not relating the reality of the trans population to their health demands.

DESCRIPTORS: Nursing. Higher education students. Transsexuality. Sexuality. Education in nursing. Transgender people. Gender diversity. Gender.

REVELANDO EL CONOCIMIENTO DE ESTUDIANTES DE GRADO DE ENFERMERÍA SOBRE PERSONAS TRANS

RESUMEN

Objetivo: comprender el conocimiento de los estudiantes de grado de Enfermería de una universidad del sur de Brasil en relación a las personas trans.

Método: estudio descriptivo de enfoque cualitativo a partir de entrevistas realizadas con 19 estudiantes de grado de Enfermería inscritos en el octavo a décimo período del curso. La recolección de datos tuvo lugar en octubre y noviembre de 2021. Surgieron 3 categorías del análisis temático: ¡En la carrera de grado se debe hablar de esto!; No sé de qué se trata; y Lo que se sabe y dice sobre las personas trans.

Resultados: los estudiantes se muestran inseguros en la atención de las personas trans debido a que este contenido no se ofrece regularmente en el plan de estudio. Denotan desconocimiento sobre como recibir a las personas trans, atenderlas, respetar sus especificidades y tratarlas por su nombre social, además de dificultades en el cuidado de este grupo poblacional, tanto en el presente como en el futuro. Además, pocos participantes tuvieron la oportunidad de vivir esta experiencia en los campos de práctica académica. El contenido solo se dicta en una disciplina que trata el tema de la sexualidad en general.

Conclusión: el desconocimiento acerca de la diversidad sexual es un factor limitante en la atención de la salud que se proporciona a este grupo poblacional. Se identifica cierta fragilidad en el proceso de enseñanza-aprendizaje ya que no se relaciona la realidad de la población trans con sus necesidades en materia de salud.

DESCRIPTORES: Enfermería. Estudiantes de nivel superior. Transexualidad. Sexualidad. Educación en enfermería. Personas transgénero. Diversidad de género. Género.

INTRODUÇÃO

Dedicar-se a pesquisar e conhecer de perto as experiências da transexualidade são reflexões conscientes de que esse tema precisa ser mais trabalhado e abordado, não só na universidade, mas na sociedade como um todo.

Após o nascimento de uma criança, as tecnologias discursivas dirigem-se à preparação do corpo para que desempenhe com êxito um gênero, masculino ou feminino, construindo um mundo sobre proibições e afirmações relacionadas diretamente a um deles. O objetivo dessa pedagogia dos gêneros hegemônicos é preparar os corpos para viver a partir da heterossexualidade, racionalizando a ideia de que homens e mulheres (cis) se complementam. Porém, a transexualidade demonstra que tais desejos sociais sobre os corpos-sexuados não precisam necessariamente ser cumpridos. Existem corpos que, ao desobedecer as normas de gênero, driblam o processo de produção dos gêneros inteligíveis e revelam as possibilidades de transformação das mesmas. Mas, para isso, também se colocam em risco, numa trajetória marcada por sofrimentos¹.

Na nova versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11) em vigor, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a transexualidade da seção de transtornos de personalidade e a posicionou no capítulo dedicado à saúde sexual. Embora a nova classificação ainda continue reproduzindo vários pressupostos patologizantes, esta pequena mudança demonstra um progresso no paradigma médico-científico². Conforme a Resolução. nº 2.265 de 20/09/2019³ que dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero, a atenção especializada deve contemplar o acolhimento, o acompanhamento ambulatorial, a hormonioterapia e o cuidado cirúrgico, sendo que este último só poderá ser realizado após acompanhamento prévio mínimo de um ano por equipe multiprofissional e interdisciplinar. Os procedimentos são realizados de acordo com o “projeto terapêutico singular” e acompanhados pela equipe multidisciplinar, possibilitando a promoção da saúde integral e a reinserção social da pessoa trans⁴.

Na perspectiva da cisnormatividade e cisgeneridade vivenciada por nossa sociedade, criou-se uma forma “correta” de ser e de se expressar, e tudo aquilo que está em desconformidade aos preceitos *cistêmicos* normativos é anormalizado, inferiorizado e exterminado. Portanto, trata-se de um grande desafio falar do assunto, a partir da ciência e da sociedade sobre esses corpos e vivências sem os desumanizar, patologizar e exotificar⁵.

Em decisão recente, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que brasileiros trans, maiores, e capazes, podem dirigir-se diretamente ao Cartório do Registro Civil e requerer a alteração do seu Registro de Nascimento independente de autorização judicial, realização de cirurgias de redesignação sexual e/ou acompanhamento hormonal, ou apresentação de laudos e pareceres médicos ou psicológicos. Esse entendimento decorre da identidade de gênero ser manifestação da própria personalidade humana, cabendo ao Estado apenas o papel de reconhecê-la, nunca de constituí-la⁶. No entanto, a conjuntura política atual do Brasil deixa nítido que questões como superação de estigmas e impedimentos de cidadania não se resolvem apenas normativamente. O Brasil lidera o *ranking* internacional em episódios recorrentes de transfobia segundo o Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Pessoas Trans Brasileiras⁷.

Investimentos em processos de mudanças políticas, epistemológicas, técnico-assistenciais e socioculturais são prementes. Por exemplo, na perspectiva de como o setor saúde relaciona-se com a promoção do bem de todos, fica evidente que o homem trans não tem acesso ao resultado do seu exame preventivo e posteriores consultas “porque questões ginecológicas são criadas unicamente para mulheres cis”^{8:50}.

O cenário descrito, entre tantos outros em que as pessoas trans sofrem ao utilizarem do Sistema Único de Saúde (SUS), demanda preparo dos profissionais de saúde envolvidos no cuidado, inclusive

resolubilidade para lidar com os problemas sociais reais vivenciados por essa população. Dentre esses profissionais encontra-se a enfermeira, que assiste a pessoa em um momento de fragilidade e exposição. Estudo realizado com estudantes de graduação em enfermagem e de medicina no Brasil evidenciou que o conhecimento intelectual e científico adquirido ao longo da formação na área da saúde em nível superior não foi suficiente para superar esse estigma, reafirmado pelas expressões mencionadas por estudantes de enfermagem - “homossexual, desequilíbrio e opção” - e por estudantes de medicina – “gay, homossexual, mudança-sexo, travesti, preconceito, conflito-sexual e opção”⁹. Ainda relativo a esse estigma, outro estudo analisa o perfil de preconceito contra diversidade sexual e de gênero entre 391 estudantes de 1º a 8º semestres de um curso público de graduação em medicina da região sul do Brasil. A taxa de preconceito entre estudantes que se autodeclararam masculinos oscilou entre 81,5% e 94,4%, e entre as estudantes que se autodeclararam femininas, entre 57,3% e 76,4%. O estudo reforçou a importância de integrar obrigatoriamente a temática de saúde LGBT aos currículos médicos, assim como de construir mecanismos de apoio à estruturação pedagógica dos cursos¹⁰.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em enfermagem firmada na formação em enfermagem pela Resolução n. 573/2018 discorre que a formação de enfermeiros deve estar orientada para as necessidades individuais e coletivas da população, respeitando as diversidades, inclusive de gênero, de orientação sexual e de identidade de gênero, entre outras¹¹.

É primordial que estudantes de enfermagem conheçam o contexto social que uma pessoa trans vive, para que sejam solidários na escuta e na ação, reconhecendo sua experiência de vida, e identificando nessa relação sua responsabilidade profissional. Deve-se atuar de forma a não permitir a exposição das pessoas ao adoecimento como resultado de um conjunto de variáveis, não apenas individuais, mas também coletivas e contextuais. É imperativo que os movimentos sociais e políticos tenham a sensibilidade de conhecer quais são os instrumentos de que se dispõe em determinado momento, do ponto de vista da ciência e da técnica, para intervir sobre a saúde, e o que eles, ao serem examinados criticamente, demonstram de perspectivas conservadoras e de transformação social. Por fim, é neste contexto social que este estudo tem por objetivo compreender o conhecimento dos estudantes da graduação de enfermagem em uma universidade do sul do Brasil no tocante às pessoas trans.

MÉTODO

Estudo descritivo de abordagem qualitativa realizado em uma universidade pública, localizada no estado de Santa Catarina, no sul do Brasil. O contexto específico foi um curso de graduação em enfermagem de uma universidade do Sul do Brasil que completou 53 anos de criação em 2022, desde a aula inaugural da primeira turma do curso em 21/03/1969. A formação atual conta com 10 fases/períodos de formação, construídas com atividades teóricas e teórico-práticas, além dos estágios obrigatórios supervisionados nas três últimas fases/períodos do curso. Ressalta-se que o estudo foi desenvolvido segundo os preceitos do *Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Research* (COREQ).

A composição da amostra deu-se por conveniência, sendo que a seleção inicial dos estudantes foi realizada por contato eletrônico e individual, para apresentar o projeto e verificar o interesse em participar do estudo. Somente após a concordância e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) iniciaram-se as entrevistas. Os critérios de inclusão foram: estudantes maiores de 18 anos que estivessem em uma das três fases/períodos finais do curso e que tivessem realizado a disciplina de Corpo, Gênero e Sexualidade*. Os critérios de exclusão foram: estudantes que não

*A disciplina é oferecida de modo obrigatório e trata entre outros assuntos da diferença sexual ao paradigma de gênero; Gênero e Sexualidade; Aspectos Multidimensionais da Sexualidade humana; e Sexualidades: Construção do paradigma heterossexual, homossexualidade.

puderam participar da entrevista, ou nos casos em que a entrevista não ocorreu por problemas de agendamento, ou se a entrevista foi interrompida por conta de queda da internet (sem retorno de contato).

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, com questões gerais acerca do perfil dos participantes e questões específicas sobre gênero, orientação sexual, pessoas trans, e a presença desses temas no curso de graduação em enfermagem e/ou na vida pessoal.

A coleta de dados ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2021. A entrevista foi realizada de modo virtual por meio do diálogo formal, intencional e de acordo com o objetivo do estudo. Pretendeu-se obter informações acerca da realidade das pessoas pesquisadas, pressupondo a interação entre pesquisadora e participantes da pesquisa, e demandando uma escuta ativa e cuidadosa do pesquisador¹². Além disso, foram obedecidas as regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, até a saturação das informações¹³. As entrevistas duraram em média 45 minutos, tendo sido realizadas e gravadas pelo aplicativo *Google Meet*®. Todas as pessoas entrevistadas estavam em suas residências, em ambiente reservado. Para garantir o anonimato dos participantes, todos os entrevistados foram identificados com o código nominal “e” referente à estudante, sucedido por um algarismo arábico correspondente à ordem das entrevistas (1,2,3, etc).

Como técnica de categorização e tratamento de dados foi utilizada a Análise de Conteúdo Temática. Esta técnica é definida como um método empírico, e as inferências buscam dar nitidez às causas ou consequências da mensagem analisada a partir dos seguintes critérios de organização: pré-análise, exploração do material, e tratamento dos resultados¹⁴. Primeiramente as entrevistas gravadas foram transcritas e transcriadas. Na sequência, com a leitura de todas as transcrições, identificou-se nas respostas as unidades de registro e, então, as pré-categorias de análise foram criadas. As respostas foram sistematizadas em uma planilha, sendo dispostas em células pertencentes a uma coluna. As unidades de registro pertinentes a cada resposta alimentaram as linhas, até chegar às categorias de análise.

Com relação aos aspectos éticos do estudo, ressalta-se que previamente as entrevistas foi realizada a leitura do TCLE, e também foram fornecidas, de forma virtual, todas as informações necessárias acerca da pesquisa. Além disso, para a realização da entrevista *online*, foram seguidas as orientações para procedimento em pesquisas em ambiente virtual, descritas no Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

RESULTADOS

Após análise de dados chegou-se à escolha de três categorias de análise: 1 - O curso de graduação precisa falar disso!; 2 - “Eu não sei do que se trata”; e 3 - “O que se sabe e se diz sobre as pessoas trans”.

“O curso de graduação precisa falar disso!”

A superficialidade com que o conteúdo acerca das pessoas trans é abordada no curso de graduação em enfermagem foi destaque nas falas dos entrevistados. Todos citam a disciplina “Corpo, Gênero e Sexualidade” como a única que abordou o tema de forma mais direta, porém ainda insuficiente para aprofundar em experiências e ferramentas que oferecessem habilidades e competências de cuidado integral para este grupo populacional. Além disso, relatam a necessidade de o assunto ser mencionado de forma transversal desde as fases iniciais da graduação: [...] *precisa de uma capacitação tanto do discente quanto do docente* (e1). [...] *dentro do próprio CCS tem muita discriminação. Às vezes percebe-se que os professores não estão confortáveis falando sobre a temática* (e6).

Poucos trouxeram em detalhes o que aprenderam ao longo da graduação, citando o uso de nome social, assunto já esgotado, e a distribuição de leitos no hospital, ainda problemático.

[...] *A gente aprende a dividir os leitos entre homens e mulheres, não misturar, então levantaram a questão de que se fosse uma mulher trans dentro de um quarto com uma mulher cis, como se resolveria? E nos foi indicado que a gente conversaria com a pessoa cis para verificar se ela concordava em ficar no quarto com alguém trans junto; caso não concordasse, a gente tentaria achar um leito específico* (e2).

Os estudantes pontuaram situações em que não se sentiriam preparados para atender essa população, tendo em vista a ausência desse tema durante as etapas iniciais de ensino aprendizagem, onde fosse abordado, por exemplo: a hormonização, a transexualidade na infância, no pré-natal e no planejamento familiar, a simulação clínica de atendimento a uma pessoa trans, a política nacional de atendimento a pessoas LBGBTQ, a saúde da mulher trans, e cirurgia de mudança de sexo. Porém, reconhecem a importância da disciplina “Corpo, gênero e sexualidade” como pontapé para mergulharem na temática, lamentando terem esse contato apenas na sexta fase da graduação: [...] *querendo ou não, na sexta fase a gente já teve atendimento anteriormente, e poderíamos ter entrado em contato com pessoas trans e não saberíamos como agir, então seria legal adaptar na disciplina de aprendizagem vivencial, ou ainda antecipar a matéria, ou alguma outra matéria trazer essa temática de uma forma mais aprofundada* (e18).

[...] *nós temos na sexta fase uma disciplina chamada “Corpo, gênero e sexualidade”. Foi discutido mais sobre as nomenclaturas e um apanhado básico sobre a questão trans. Não foi tanto sobre ambulatório. Teve discussão também na quarta fase, na disciplina de “Sociedade, saúde e violência”, mas são todas disciplinas que não possuem prática para atendimentos clínicos. E não tivemos esse assunto abordado nas disciplinas de cirúrgica, de UTI, de atenção básica* (e2).

[...] *eu vejo que desde o primeiro semestre a gente começa de alguma maneira a falar sobre a questão do respeito para com as pessoas, sobre a ética em enfermagem, de você tratar a pessoa a partir do que ela te traz, a partir da queixa dela, nas disciplinas de “Processo de viver humano”. Mas na questão hospitalar eu não me lembro se foi abordado isso, como tratar a pessoa trans, qual seria, se realmente existe alguma diferença...*(e8).

[...] *acho que poderia ser abordado a partir da terceira fase, que a gente vai para o hospital. Na disciplina de “Aprendizagem vivencial” poderiam ter abordado essas coisas* (e17).

Percebe-se no discurso dos estudantes o reconhecimento da importância do ensino universitário de forma a abordar os vários aspectos da condição humana.

[...] *a academia trouxe uma visão muito boa, eu sempre tive interesse nessa parte social da enfermagem, abriu a visão de que não existe homem, mulher, cis ou gay ou lésbica* (e1). [...] *nas primeiras fases estudamos sobre questões demográficas e sociais, e sobre políticas do SUS, mas não estudamos sobre pessoas trans. Existe a POP, a Política Nacional de Atendimento às Pessoas LBGBTs, e nunca foi falado em sala de aula* (e11).

A pauta identitária foi enfatizada pelos estudantes, sendo que a maioria entende que a diversidade de termos como transgênero, transexual, travesti, pessoa não binária e pessoa gênero-diversa é importante no reconhecimento e visibilidade dessas pessoas na sociedade.

[...] *eu acho que atualmente vem se denominando e falando mais abertamente das identidades de gênero. Eu acredito que antigamente tinha muito um estigma, era travesti, sapatão e gay, e hoje em dia, com os termos adequados, a gente tira o estigma dessa população, dá uma dignidade para elas e permite que até a própria pessoa enxergue de que está tudo bem, que ela não é marginalizada, que o gênero dela faz parte dessa sociedade* (e11).

No entanto, alguns entrevistados refletiram que, apesar de necessários, os termos podem rotular e limitar as existências aos olhos de terceiros. Por isso, é importante deixar nítido que os

termos servem para que as pessoas se identifiquem com eles, ou seja, para que elas próprias se autodenominem.

[...] *os termos existem para acolher, não para julgar* (e3).

Mas, em diversas entrevistas, os participantes que não refletiram dessa forma ainda estão muito presos ao efeito colonizador de descrever cada termo, mesmo quando não era solicitado. Percebeu-se a necessidade de uma conceituação concreta de cada significado, por exemplo, na pergunta “O que você pensa sobre o significado dos termos transgênero, transexuais, travestis, não binárias, gênero-diversas?”

O desconhecimento dos estudantes não significa preconceito, considerando que as falas apontam a humildade em compartilhar o desconhecimento para assim escutar ativamente a clientela trans e compartilhar o cuidado no atendimento:

[...] *eu iria tentar ao máximo ter cuidado com as palavras, porque por mais que eu saiba que eu não sou uma pessoa preconceituosa, às vezes isso está muito enraizado na nossa cabeça e podemos estar fazendo alguma coisa que magoe a pessoa, então acho que primeiro iria perguntar como a pessoa prefere ser chamada, quais pronomes ela usa, para, a partir disso, eu saber mais ou menos atendê-la, mas de resto seria normal* (e18).

As formas de pré-julgamento que os entrevistados citaram foram aparência, roupas, estilo do cabelo, e características engessadas do que é de homem e do que é de mulher em nossa sociedade.

“Eu não sei do que se trata”

A disciplina “Corpo, gênero e sexualidade” foi citada por todos como um dos poucos momentos da graduação em que tinham estudado sobre a clientela trans. Ao questionar o que havia sido discutido, todos apresentaram dificuldades em recordar. Portanto, identificada a dificuldade de falar sobre o assunto, percebe-se que grande parte dos estudantes não se sente preparada para atender e cuidar integralmente da população trans. Mencionaram também não conhecerem instituições que tenham protocolos de atendimento a uma pessoa trans, não terem tido contato na graduação nem na vivência pessoal, não terem simulado um atendimento com uma pessoa trans, o medo de ofender/magoar/desagradar, a temática não ser abordada com naturalidade desde o início do curso, e a formação ser focada na fisiologia do corpo humano cisgênero. Identificou-se certa confusão sobre quem são as pessoas trans.

[...] *são pessoas que nasceram em um corpo diferente do que elas se identificam* (e5).

[...] *transexual e transgênero sempre confunde minha cabeça, eu fico perdida realmente, eu fico com vergonha* (e8).

[...] *um universo bem distante do meu, porque no meu ciclo de amizades não tem ninguém próximo que é, que tem essa escolha de vida, mas são termos que estão cada vez mais presentes no nosso dia a dia, principalmente como enfermeiro. Na área da saúde eu acho que são termos que a gente precisa se familiarizar, mas não é nítido para mim o significado de cada um* (e9).

[...] a aprendizagem deficiente gera dúvidas não só relacionadas aos termos, mas em questões específicas.

[...] *o homem trans tem direito à licença maternidade?* (e12).

[...] *tem bastante protocolo de prevenção de Infecção Sexualmente Transmissível (IST) para homem e mulher, e para as pessoas que são gays, não tem? A mulher que é lésbica, ao que ela está suscetível? Quais os cuidados? Não tem nada protocolado sobre isso...* (e15).

As dúvidas apresentadas evidenciam as inconsistências pedagógicas no âmbito da formação profissional em enfermagem. Isso requer ampliação e aprofundamento na temática nas discussões de casos e práticas pedagógicas ativas que pontuem a realidade de atenção à saúde dessas pessoas.

“O que se sabe e se diz sobre as pessoas trans”

Nesta categoria, apresenta-se a aproximação dos participantes com a temática e sua contribuição na construção dos conceitos de gênero e orientação sexual elaborados por eles. No dia a dia dos entrevistados apenas dois informaram conviver com pessoas trans, uma prima e um amigo. Outro acompanha um adolescente trans pelo *Instagram*®, o qual conheceu a partir da participação do “Programa Saúde na Escola,” oportunizado pela graduação de enfermagem. Dos dezenove entrevistados, seis conhecem alguém que se identifica como trans na universidade. A universidade aparece como influência positiva para oito entrevistados no que diz respeito ao convívio com diversidades, ajudando no rompimento da bolha social em que viviam antes de adentrar na universidade.

[...] se eu não tivesse entrado na universidade eu acho que seria muito mais conservadora, então a mim influenciou muito, desde as disciplinas até a convivência com as pessoas. A universidade é um mundo totalmente diversificado, tem gente de todos os lugares do Brasil, de todos os gêneros, de todas as orientações sexuais, então poder conviver com as pessoas, conversar com elas, isso é o que vai transformando, e a educação também. A educação com certeza vai transformar (e8).

[...] o grupo de pesquisa Afrodite foi citado por mais de um entrevistado como referência para a aproximação com a temática.

*[...] hoje eu procuro, tanto como pessoa quanto como profissional de saúde, buscar mais. Eu sigo bastantes pessoas no *Instagram*® que falam sobre essa temática, para poder estar por dentro. Agora estou participando do grupo de pesquisa Afrodite, que tem reuniões que abordam esse tema. Além disso, estou fazendo uma pesquisa sobre diversidade nas instituições de saúde (e11).*

[...] querendo ou não, o grupo de pesquisa que eu faço parte, Afrodite, me ajudou muito mais em relação a isso do que a nossa estada no curso. Obviamente que na sexta fase, a matéria de “Corpo, gênero e sexualidade” deu uma grande abertura, mas a pesquisa contribui mais nesse meu conhecimento (e14).

[...] quanto às experiências práticas proporcionadas pela graduação de enfermagem, sete entrevistados tiveram a oportunidade de atuar, se não com o atendimento direto de uma pessoa trans, com a resolução de conflitos relacionada à admissão dessas pessoas na unidade - inclusive de questionar o comportamento da profissional que não respeitou o nome social e chamou o cliente pelo seu nome de registro.

[...] lembro que eu fiquei extremamente estática, eu fiquei no canto da sala sem reação e a profissional falava “está aqui, está aqui, sexo X”, então a cliente falava “não, você tem que respeitar, usar meu nome social”. No fim, essa cliente não foi vacinada, não foi realizado o atendimento e ela saiu da sala. Eu fiquei em choque alguns momentos e quando me dei conta saí correndo atrás dela. Eu lembro que eu sentia muito por ela ter sido atendida daquela forma num estabelecimento de saúde, ela tinha direito ao que ela foi buscar ali, eu sentia muito pelo nome dela não ter sido respeitado. A gente vê transfobia cotidianamente nos serviços de saúde, normalmente é mais discreto, por trás do paciente, e eu lembro que a cliente falou que tinha sofrido transfobia outras vezes naquela mesma instituição, por isso que ficou exaltada, porque já tinha acontecido outra vez, que não se respeita, enfim... Eu fui conversar com a profissional e ela falou que não devia satisfações, e ela não precisava acreditar nisso, que ela seguia o que era certo, que não ia mudar (e12).

Alguns entrevistados informaram ter consciência sobre as pessoas trans anteriormente ao ingresso na academia. Já haviam ouvido falar de forma explicativa na escola, nas redes sociais e na mídia. Apenas três reconheceram que a vivência pessoal contribuiu mais para a aproximação e compreensão desta temática do que a acadêmica.

[...] a partir de uns 13,14 anos, eu comecei a ler bastante sobre isso, e fui tendo experiências positivas, vendo realmente quem eram essas pessoas, como que elas se identificavam, qual era a voz delas, quais eram as lutas descritas por elas. Hoje eu conheço um pouco por parar para ouvir o que elas têm para dizer (e2).

[...] como eu tenho uma vivência grande LGBT eu acabei muitas vezes conversando com trans, travestis. Eu consegui retirar esses estigmas da minha cabeça (e6).

Outros fizeram referência a profissionais, pessoas públicas, e uma série, como influências para melhor atender e compreender pessoas trans.

[...] às vezes a gente acompanha profissionais muito bons, acolhedores, e então acabamos captando as formas que queremos nos portar enquanto profissionais (e5).

[...] o que eu sei é porque eu acompanho no Instagram® um homem trans que faz aplicação de hormônio e ensina para todo mundo, porque ele sabe que muitas pessoas não têm acesso (e7).

[...] Eu me lembro da série “Drags RuPaul”, é isso que me vem à mente, pessoas que vão lutar pelo seu espaço (e14).

Sendo assim, ao questionamento sobre o significado de gênero, as respostas variaram em quatro vertentes: gênero como uma construção social, gênero relacionado à identificação pessoal, gênero relacionado ao sexo, e gênero independente de sexo.

[...] para mim é um pouco confuso essa questão de gênero, não é algo que eu estou muito habituada, mas eu acredito que gênero é como a pessoa nasce, por exemplo, gênero feminino e masculino (e4). [...] gênero para mim é aquilo que a pessoa se identifica, eu posso me identificar como homem, posso me identificar como mulher, como não binário, posso ser transexual (e6).

[...] eu acho que gênero é uma construção social de padrões, existem pessoas que não se identificam com nenhum dos dois (e12). [...] depende, tem dois significados, tem o biológico, que é aquilo que a gente nasce, de acordo com a biologia, se é feminino, masculino, e tem o gênero no sentido da forma como a gente se reconhece, se vê (e16). [...] gênero eu associo muito ao biológico, ao sexo (e19).

Questionamentos sobre a orientação sexual, significado, e entendimento por parte dos respondentes trouxeram argumentos variados, articulando sexualidade à identificação pessoal, à atração física, à forma que escolhe se relacionar, às fantasias da pessoa diretamente ao sexo oposto ou vice-versa, e ao gênero com o qual a pessoa escolhe ter um relacionamento.

DISCUSSÃO

A partir dos dados analisados, confirma-se o pressuposto de que a universidade, e mais especificamente o curso de graduação em enfermagem, tem grande responsabilidade na construção do saber dos estudantes quando pensam, refletem, e cuidam da população trans. Porém, a superficialidade com que o curso aborda as questões relativas à população trans foi destaque nas falas dos entrevistados, assim como a aprendizagem deficiente demonstrada na dificuldade em recordar o que havia sido discutido na única disciplina sobre o tema.

Esta realidade também é evidenciada no contexto internacional. Em pesquisa *online* realizada em uma universidade pública de Nova York, em que 600 estudantes dos cursos de serviço social, terapia ocupacional, enfermagem e psicologia participaram voluntariamente respondendo questões sobre transfobia, os resultados demonstraram que 75% dos alunos relataram quantidade deficiente de conteúdo relacionado à experiência transgênero durante a formação, e quase metade da amostra (45%) relatou níveis moderados a altos de transfobia, com os homens cisgênero expressando níveis mais elevados de transfobia do que as mulheres¹⁵.

Em uma universidade sueca, estudantes de enfermagem (n=71) e medicina (n=53) do 6º semestre de formação universitária preencheram um questionário de conhecimento sobre pessoas

homo, bissexuais e transgêneros. Apenas 4,8% responderam corretamente todas as seis afirmações presentes no instrumento de avaliação, e 82% responderam no máximo quatro afirmações corretamente. O conhecimento acerca da população LGBT se mostrou inadequado tendo em vista que a maioria falhou no teste de conhecimento nas áreas de atenção e conhecimento psicológico. A comparação dos grupos mostrou que os estudantes de enfermagem pontuaram abaixo dos estudantes de medicina na subescala de conhecimento do cuidado; que os estudantes do sexo masculino tiveram menos conhecimento psicológico LGBT do que estudantes do sexo feminino; e que estudantes religiosos tinham menos conhecimento geral e psicológico LGBT do que alunos não religiosos¹⁶.

Adicionalmente, no sudeste dos Estados Unidos da América, foi realizada uma atividade para orientar setenta e dois estudantes do 1º semestre do curso de enfermagem a reconhecer preconceitos, suposições culturais, e conduzir avaliações sensíveis de enfermagem à pacientes transgêneros. O objetivo foi sensibilizá-los para o reconhecimento das microagressões, também os instrumentalizando para se comunicarem respeitosamente e compassivamente com esta clientela. Apenas vinte e nove completaram a avaliação pós-teste, informando que reconheceram a importância da inclusão de gênero na avaliação de enfermagem e a importância da escolha das palavras ao conversar com os pacientes. Os resultados indicaram também que os estudantes não se sentiam preparados para fazer perguntas difíceis sobre identidade de gênero¹⁷. Nesse sentido, torna-se fundamental considerar que o comportamento social é moldado por uma aprovação ocidental baseada na heterocisnormatividade, a qual compreende todo um sistema de representações e autorrepresentações codificadas em normas, regras, paradigmas morais e modelos corpóreos, configurando assim um sistema sexo-gênero, delimitando os campos do aceitável, dizível e compreensível¹⁸.

Estes estudos vão ao encontro do que evidenciamos na pesquisa em tela em termos da baixa abordagem do conteúdo em sala de aula e nos campos de prática, fragilizando o conhecimento e a capacidade de os estudantes atenderem com propriedade a população trans. Pode-se afirmar que no ensino de graduação em enfermagem, o pensamento ocidental se apresenta quando o docente baseia seu atendimento na cultura universalista de que o binarismo sexual e de gênero é uma constante, não conseguindo trazer exemplos e práticas simuladas que contemplem a diversidade da população, ensinando a partir de uma expectativa cultural.

Em estudo que analisou o avanço da temática nos currículos médicos e de enfermagem americanos, o autor enfoca que a *American Nursing Academy*, em 2012, emitiu uma declaração política endossando esforços para apoiar necessidades de saúde LGBT, ressaltando a carência de normas curriculares específicas de enfermagem. Porém, não houve avanços significativos até o presente, pois continua existindo uma deficiência para o treinamento específico do tratamento de pacientes LGBT¹⁹.

Em face do cenário atual, uma vez que os educadores de enfermagem estejam bem equipados com linguagem culturalmente sensível, esses poderão ser líderes no ensino de cuidados de saúde aos pacientes e garantir que eles sejam tratados com respeito holístico²⁰.

Os currículos dos cursos de graduação em enfermagem precisam se adequar às necessidades da abordagem dos conteúdos relativos à população LGBTQIA+ de modo transversal, e não apenas em uma única disciplina isolada - ou então, quando um professor decidir, por sua conta, refletir sobre esta questão em salas de aula, ou quando a situação aparecer nos campos de prática.

Vale lembrar que no Brasil existem trinta e quatro unidades de saúde com serviços especializados no atendimento à população trans, desde ambulatórios até centros de referência com atendimento ambulatorial e hospitalar (cirúrgico), e que estão presentes em todas as regiões do país²¹. Um estudo se propôs analisar a experiência do Ambulatório de Atenção Primária à Saúde para Pessoas Trans de Florianópolis/Santa Catarina (AAPST), como proposta de mudança de paradigma no pensamento em saúde da população transgênero, com amostra intencional de quatorze pessoas atendidas no AAPST.

Dentre os resultados, identificou-se que a postergação do atendimento e o não acompanhamento regular das equipes de Estratégia Saúde da Família se dão pela incapacidade das equipes no tratamento às pessoas trans, independente dos motivos que possam levar essas pessoas a buscar atendimento, agravando, portanto, a situação de vulnerabilidade a qual essa população está inserida²².

Apesar dos recentes apelos para cuidados centrados no paciente, e maior atenção às necessidades de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, as enfermeiras ainda carecem de educação básica sobre os cuidados de saúde da população LGBT e, como resultado, podem ter atitudes negativas, reforçar estereótipos e/ou sentir-se desconfortáveis ao atendê-los²³.

Portanto, o binarismo de gênero que é infundido não só no ensino de enfermagem, mas em todos os cursos e níveis precisa ser evidenciado e desafiado. Ele torna desconfortável a comunicação entre profissionais, estudantes, e clientes nos diversos ambientes de cuidado, e também contribui para a invisibilização das necessidades e experiências de pacientes trans. Faz-se necessário o rompimento, para que então pessoas trans não mais sobrevivam e possam, enfim, ser acolhidas, ter uma vida digna, ocupando espaços que também pertencem a elas.

Recomenda-se a pesquisa em outros cursos de graduação para analisar o conhecimento e percepção dos demais profissionais em relação às pessoas trans. A inexistência do debate sobre a deficiência na socialização com essa população pode contribuir tragicamente para a continuidade da construção e crescimento de uma sociedade transfóbica. É preciso, urgentemente, quebrar este paradigma.

Como limitação do estudo considera-se que a modalidade remota de entrevista, e muitas vezes a instabilidade da rede de internet e o distanciamento, impossibilitam a proximidade de diálogos mais ampliados sobre tema tão sensível como a transexualidade.

CONCLUSÃO

É fato que o curso de graduação em enfermagem da universidade do Sul do Brasil, cenário deste estudo, não trabalha transversalmente a diversidade sexual. De forma geral, há uma fragilidade no ensino-aprendizagem ao não relacionar a realidade da população trans com suas demandas de saúde. O estudo evidenciou grande fragilidade e insegurança acerca do conhecimento e dos modos de acolher, cuidar, proteger e interagir dos estudantes com as pessoas trans.

Ainda permanece a crença, tanto em docentes quanto em discentes, de que existem apenas dois sexos e, por consequência, apenas dois gêneros, afirmando o sistema sexo-gênero, reproduzindo os padrões sociais em salas de aula e em cenários de prática, e como efeito, em consultórios, como profissionais inseguros, despreparados, e sem conhecimento suficiente para agir, cuidar e acolher a população trans. Isto traz como consequência resultados negativos para as pessoas que não se enquadram no modelo homem/masculino e mulher/feminino. A formação profissional influencia na prática futura dos egressos que não sabem como agir diante dessas questões e que acabam por prestar um serviço engessado e baseado na única forma que conhecem sobre viver, mergulhados em uma bolha própria. Neste estudo, ao desvelar o conhecimento dos estudantes de graduação de enfermagem, expressou-se muito mais desconhecimento do que preconceito.

É explícita a necessidade de revisão curricular para permitir a inserção na formação em enfermagem de conteúdo integral às populações sexual e genericamente diversas no processo curricular, contribuindo assim para uma formação pedagógica com aderência ao paradigma emancipatório e transformador.

Finalizando, entendemos que é de vital importância a formação de profissionais preparados para atender sem estigmas as demandas dessa população e o oferecimento de educação continuada nos serviços de saúde, para qualificar os profissionais de saúde no atendimento desta clientela, oferecendo segurança, acolhimento, e integralidade no cuidado.

REFERÊNCIAS

1. Ramos EMC. Pedagogias do gênero e o lugar das performatividades no espaço escolar. *Rev Pró-Discente* [Internet]. 2020 [acesso 2022 Out 22];26(1):150-63. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/prodiscente/article/view/30790>
2. Aguiar JNM. Habitando as margens: a patologização das identidades trans e seus efeitos no Brasil a partir do caso Mário da Silva (1949-1959) [dissertação]. Florianópolis, SC(BR): Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História; 2020 [acesso 2021 Set 21]. Disponível em: http://afrodite.paginas.ufsc.br/files/2020/08/Nedel_Juno_dissertacao_PPGH_2020._Habitando_as_margens.pdf
3. Conselho Federal de Medicina (BR). Resolução nº 2.265, de 20 de setembro de 2019. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010 [Internet]. 2020 [acesso 2021 Abr 05]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-237203294>
4. Cardin VSG, Vieira TR. Do direito à saúde da pessoa transgênero: um diálogo entre os direitos da personalidade e a medicina. *Direito & Paz* [Internet]. 2020 [acesso 2022 Maio 24];42:155-74. Disponível em: <https://doi.org/10.32713/rdp.v1i42.1240>
5. Vergueiro V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: Messeder S, Castro MG, Moutinho L, organizadores. *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [Internet]. 2016 [acesso 2022 Maio 25]. p. 249-70. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/mg3c9/pdf/messeder-9788523218669.pdf>
6. Brasil. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade n. 4275/DF. Reconheceu-se aos transgêneros, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à alteração de prenome e gênero diretamente no registro civil [Internet]. 2018 [acesso 2022 Maio 25]. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749297200>
7. Benevides BG. Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 [Internet]. Brasília: ANTRA; 2022 [acesso 2022 Maio 23]. 144 p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>
8. Vicente GC. Direitos sexuais e reprodutivos de homens trans, boyceatas e não-binários: uma luta por reconhecimento e redistribuição de saúde pública no Brasil [trabalho de conclusão de curso]. São Paulo, SP(BR): Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração Pública, Curso de Administração Pública; 2020 [acesso 2022 Maio 24]. Disponível em: <https://afrodite.paginas.ufsc.br/files/2020/08/2020-Direitos-sexuais-e-reprodutivos-de-homens-trans-boyceatas-e-n%C3%A3o-bin%C3%A1ries-uma-luta-por-reconhecimento-e-redistribui%C3%A7%C3%A3o-de-sa%C3%BAde-p%C3%BAblica-no-Brasil.pdf>
9. Matão MEL, Miranda DB, Campos PHF, Teles MNA, Mesquita RL. Representações sociais da transexualidade: perspectiva dos acadêmicos de enfermagem e medicina. *Rev Baiana Saúde Pública* [Internet]. 2010 [acesso 2022 Maio 23];34(1):101-18. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/16/21>
10. Moretti-Pires RO, Guadagnin LI, Tesser-Júnior ZC, Campos DA de, Turatti BO. Prejudice against gender and sexual diversity among medical students from the 1st to the 8th semesters of a medical course in Southern Brazil. *Rev Bras Educ Med* [Internet]. 2019 [acesso 2022 Maio 25];43:568-78. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/dn39DWyg4kQkVJVrYWPcN6K/abstract/?lang=en#>

11. Ministério da Educação (BR). Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem [Internet]. Brasília: Ministério da Educação; 2001 [acesso 2022 Maio 23]. p. 6. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_CNE_CES_3_2001Diretrizes_Nacionais_Curso_Graduacao_Enfermagem.pdf
12. Bonilha ALL, Oliveira DLLC. A entrevista na coleta de dados. In: Lacerda MR, Costenaro RGS, orgaizadores. Metodologias da pesquisa para a enfermagem e saúde: da teoria à prática. Porto Alegre, RS(BR): Moriá; 2016. p. 423-32.
13. Câmara RH. Content analysis: from the oryto practice in social research applied to organizations. Rev Interinstitucional Psicol [Internet]. 2013 [acesso 2021 Abr 12];2(6):179-91. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>
14. Santos FM. Content analysis: The view of laurence bardin. Rev Eletr Educ [Internet]. 2012 [acesso 2021 Abr 12];6(1):383-7. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291>
15. Acker GM. Transphobia among students majoring in the helping professions. J Homosex [Internet]. 2017 [acesso 2022 Maio 25];64(14):2011-29. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00918369.2017.1293404>
16. Rondahl G. Students' inadequate knowledge about lesbian, gay, bisexual and transgender persons. Inter J Nurs Edu Schol [Internet]. 2009 [acesso 2022 Maio 25];6(1). Disponível em: <https://doi.org/10.2202/1548-923X.1718>
17. Koch A, Ritz M, Morrow A, Grier K, McMillian-Bohler JM. Role-play simulation to teach nursing students how to provide culturally sensitive care to transgender patients. Nurse Educ Pract [Internet]. 2021 [acesso 2022 Maio 25];54:103123. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.nepr.2021.103123>
18. Caravaca-Morera JÁ, Padilha MI. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. Texto Contexto Enferm [Internet]. 2018 [acesso 2022 Maio 24];27(2):e3770017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072018003770017>
19. Bonvicini KA. LGBT healthcare disparities: what progress have we made? Patient Educ Counsel [Internet]. 2017 [acesso 2022 Maio 25];100(12):2357–61. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.pec.2017.06.003>
20. Mello L, Gonçalves E. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. Cronos [Internet]. 2010 [acesso 2022 Maio 24];11(2):163-73. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2157>
21. Rogers J, Tesser-Júnior ZC, Moretti-Pires RO, Kovaleski DF. Transpeople in primary healthcare: analysis the process of implantation at Florianópolis (SC), 2015. Saúde & Transf Soc [Internet]. 2016 [acesso 2022 Fev 13];7(3):49-58. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/viewFile/4276/4647>
22. Carabez RM, Eliason MJ, Martinson M. Nurses' knowledge about transgender patient care. Adv Nurs Science [Internet]. 2016 [acesso 2022 Maio 25];39(3):257-71. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/ANS.000000000000128>
23. Brennan AMW, Barnsteiner J, Siantz MLL, Cotter VT, Everett J. Lesbian, gay, bisexual, transgendered, or intersexed content for nursing curricula. J Prof Nurs [Internet]. 2012 [acesso 2022 Maio 25];28(2):96-104. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.profnurs.2011.11.004>

NOTAS

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído do resultado de bolsa PIBIC/CNPq, vinculado ao projeto - História da Saúde e da Enfermagem entre populações estigmatizadas e socialmente vulnerabilizadas, Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina , 2019/2022.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo: Gentil AGB, Padilha MI.

Coleta de dados: Gentil AGB

Análise e interpretação dos dados: Gentil AGB, Padilha MI.

Discussão dos resultados: Gentil AGB, Padilha MI; Bellaguarda MLR; Caravaca-Morera J.

Redação e/ou revisão crítica do conteúdo: Gentil AGB, Padilha MI; Bellaguarda MLR; Caravaca-Morera, J.

Revisão e aprovação final da versão final: Gentil AGB, Padilha MI; Bellaguarda MLR; Caravaca-Morera J.

FINANCIAMENTO

Ao CNPq que apoiou o desenvolvimento do projeto Edital universal, Processo 408837/2018-7.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina, parecer n. 4.858.396/2021, Certificado de Apresentação para Apreciação Ética 46192821.0.0000.0121.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses.

EDITORES

Editores Associados: Glilciane Morceli, Ana Izabel Jatobá de Souza.

Editor-chefe: Elisiane Lorenzini.

HISTÓRICO

Recebido: 12 de julho de 2022.

Aprovado: 07 de novembro de 2022.

AUTOR CORRESPONDENTE

Ana Gabriela Bastos Gentil

anagabrielabastosgentil@gmail.com

